

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Historiografia Ocidental e Cultura Histórica Brasileira¹

TENTAREMOS AQUI APENAS, e em função de circunstâncias, uma colocação do problema, ou, como se diria em linguagem orteguiana, um acesso ou um ataque a êle. O tema é amplo, tanto nas proporções do que o seu enunciado apresenta como nas ramificações e subtematizações que ocorrem; e no momento tal amplitude não poderia ser suficientemente coberta.

Pode-se partir de algumas constatações, como sejam a da atualidade dos problemas da cultura brasileira, a da presença de modelos europeus no trabalho histórico nacional, a da expansão da que se tem chamado cultura ocidental, etc. Por meio destes pontos ficamos remetidos à esteira de uma questão mais radical, a de estarmos ou não incluídos na área da cultura ocidental; questão que, diga-se desde logo, não é apenas de demarcação geográfica. O fato de estar hoje em permanente discussão a tomada de consciência da cultura brasileira tem como um de seus resultados o reavivamento desta pergunta. Tudo o que se disser ou questionar em torno de "autenticidade" ou "autoconsciência" de nosso ser cultural repousará em essência sobre o sentido desta questão.

Aliás hoje o tema da autenticidade do "paideuma" vem sendo debatido em todos os centros culturais da América Latina. Há uma série de pensadores dedicando-se sistematicamente à discussão filosófica dos caracteres culturais do mundo latinoamericano, senão do americano em geral, diante do europeus e como portador de autonomia his-

tórica. Lembre-se, de passagem, que a repercussão de certas obras européias sobre a crise ou a queda de sua própria civilização contribuiu para dar à América a idéia de que poderia ter chegado a sua vez de comandar as coisas no mundo.

Podemos tomar a realidade cultural brasileira como distinta da do restante da América Latina, dadas certas condições passadas e presentes que a peculiarizam. Mas para o problema que queremos apresentar o seu caso é o mesmo do dela, pois a relação do labor histórico latinoamericano com o europeu é de modo geral a mesma que a do brasileiro.

A presença dos padrões europeus na literatura histórica brasileira é por certo incontestável. Métodos, pressupostos, temas, séstros, intenções, fontes, tudo se tende, fatalmente, a partilhar dos países que nos deram o leite da civilização. Recebemos, e ficámos recebendo, tendências e problemas.

Certo que o fato de termos sido feitos por outros povos, no sentido cultural, e de os termos imitado sempre, impõe como necessária a adoção de seus modelos de trabalho intelectual. A questão aqui será a de saber se, diante da atual tomada de consciência cultural do país, não haverá que rever a extensão do fenômeno.

A presença dos estilos europeus de trabalho e pensamento históricos é mais um sinal de nossa inclusão na órbita cultural do Ocidente. Mas a possibilidade de discutí-los será uma brecha para chegarmos ao ar mais livre da lucidez crítica diante do

tema da relação entre nossa cultura e a européia.

A "historiografia" ocidental: esta palavra mesma, vigente hoje em função de certas discussões críticas levadas a cabo por pensadores europeus a respeito da relação entre a realidade histórica e seu conhecimento, nos evoca a diferença entre a historiografia e historiologia (Ortega), bem como o tema croceano da evolução da historiografia como processo de crescimento da conexão entre filosofia e saber histórico.

Não resta dúvida que é grande o fascínio que exercem, sobre os intelectuais de países como o nosso, os trabalhos sobre épocas da vida da Europa, sobre história antiga, ou questões como aquelas, tão sugestivas teoricamente, da divisão da história e da teoria das culturas. Ditos intelectuais, instalados, como que instintivamente, a sua ótica no mesmo plano europeu de uma "história universal" ou da "civilização"; e só um esforço crítico tornará clara a idéia de que tal plano é europeu e provém da visão da história que o ocidente criou para seu uso. No mesmo caso estão, parece, certas explicações da história que se adotam de entre as doutrinas que coexistem no cenário europeu, e como resultado temos interpretações da história nacional fundadas em esquemas extraídos de filosofias européas, filosofias formadas à base de experiências teóricas e concretas especificamente ou pelo menos principalmente européas. Assim foi, provavelmente, com a voga do positivismo tão largamente adotado no Brasil em certa época; assim também, ao menos até certo ponto, como a utilização do marxismo por tantos autores de hoje.

Nestes casos, o grau em que se pode ter por fatal e necessário o transporte de ideários europeus, para explicar como históricas as nossas coisas, não impede de considerar que, quanto mais consciente a cultura nacional do caráter europeu dos mesmos, mais deverá tender a relativizar sua utilização.

Se repassarmos à ligeira o quadro dos elementos e das formas da história européia, quadro dentro do qual se geraram os padrões e as doutrinas que sua ciência histórica emprega, veremos que nos faltam, a nós povos do tipo latinoamericano, componentes e experiências que o ocidente, ou a Europa

se se quer, conheceu em densidade definitiva e que explicam a formação das visões da história hoje conhecidas. Episódios como o renascimento, a ilustração, o romantismo, cada qual projetando de si posições teóricas cuja autenticidade pode ser sentida na razão da ausência de motivações estranhas ao seu próprio *humus* cultural. Vicissitudes revolucionárias com conteúdos ideológicos a um tempo peculiares e universais. O lastro de uma ligação direta e especial frente ao material cultural grego e romano. A continuidade de uma produção humanística e jurídica dotada da tendência e estender-se a outros setores do mundo sobre os quais por isto ou por aquilo se ia impondo a influência da cultura respectiva, e com isso etapas marcantes, com criação de ciências e escolas logo universalizadas.

Enfim, temos vivido ante o desenvolvimento da hegemonia do Ocidente. Dentro deste, contemplamos a imponência de uma formidável tradição historiográfica, que vai dos Commines e dos Guicciardini aos Fustel, Ranke, Meyer, Toynbee. E só quando os próprios europeus vêm com diagnósticos de crise para si próprios, e quando no meio desses diagnósticos se apura a própria conceituação do estilo de vida ocidental como cultura, é que podemos pensar num balanço, numa revisão em que nos situemos. E podemos perguntar se, faltando-nos aqueles episódios fundamentais (porque as nossas cópias e imitações de escolas européas em cada época não têm a consistência do que viesse *sponte sua*), se em sua falta não haverá algo de artificial na adoção dos padrões de ciência que nasceram com eles.

Poder-se-á, inclusive, perguntar se países como o nosso não estão imaturos para o trabalho histórico. Estão na construção de si mesmos e vivem solicitações da hora corrente. Lembre-se a idéia de Nietzsche sobre o perigo da atividade do historiador para o cumprimento das exigências vitais do presente. Mas semelhante equacionamento do problema tem réplica imediata, pois pode pensar-se, igualmente, que a coexistência com uma envolvente cultura amadurecida impõe aos povos em formação o trabalho constante de comparação com esta e de penetração crítica na análise do seu próprio ser histórico. Neste caso, a tais povos ou países con-

virá justamente o cultivo do ponto de vista histórico no campo das ciências sociais. São povos "jovens" no sentido da meditação de Ortega; mas há que lembrar, desde Bentham, que a idéia é duvidosa, e os chamados povos antigos são historicamente mais novos porque menos experientes que os atuais. Estes têm portanto, de certo modo, vocação para as revisões históricas.

Este fato nos impõe uma observação. É que apenas na medida em que se possa ter em vista a relação com as épocas e formas da história do Ocidente em geral, será próprio falar de épocas e formas da história nacional em termos idênticos: arcadismo literário brasileiro em relação com arcadismo peninsular, socialismo político brasileiro em relação com socialismo francês, alemão, inglês, ou russo. Mesmo porque, cabe insistir, são aquelas formas e épocas ocidentais que explicam a gênese das categorias e dos termos com que se faz a ciência histórica em causa.

Aqui o assunto vai ligar-se ao das fontes (em sentido metodológico): muitas das "fontes" da história do Brasil se misturam com fontes de países europeus. Dir-se-á que por motivos óbvios. Mas o fato indica à reflexão o dever de conformar-se com a impossibilidade de uma história "puramente" nacional; sem que, entretanto, retire a necessidade de uma demarcação para seus limites. Talvez esse ponto requeira atenção posterior dos entendidos.

Observe-se, *en passant*, que semelhantes situações deverão ocorrer em geral nos lugares atingidos pela ocidentalização, a qual, por tragédia ou ironia das coisas, vai provocar, com o desenvolvimento de categorias sugeridas por seu contacto, a reação contra sua dominante presença. Daí que na tomada de consciência dos países que querem "desenvolver-se" possa haver algum grau de "ressentimento", no sentido em que a sociologia do conhecimento colocou o termo.

É hoje comum em certos círculos falar-se de *ingenuidade*, senão mesmo de *alienação*, para designar a adesão a-crítica a formas de saber correspondentes a realidades culturais alheias. Semelhante advertência na maioria das vezes traduz a exigência de afirmação nacional ou de autoconsciência histórica para o trabalho intelectual brasi-

leiro. É possível porém que se exagere nisso muitas vezes. O fato de a ciência histórica europeia assentar-se sobre estruturas culturais que não tivemos, não quer dizer que possamos dispensar *totalmente* os seus padrões.

Diante do problema armado por aquela advertência, poderíamos ver o historiador brasileiro num dilema: entre optar por valores europeus atribuindo-lhes qualidade intrínseca, e ficar com os valores nacionais, por motivos afetivos ou alguma espécie de obrigação intelectual. De qualquer modo o sentimento de "dever" optar por tais valores implica uma dimensão vital que já não é a da pura objetividade intelectual. É quando nos referimos a valores históricos europeus, dizemos valores que acarretam para o historiógrafo o apêgo a certos temas, sendo difícil ao intelectual nacional de amplo saber encontrar valores na história pátria vista em si mesma, sem comparações com a alheia e sem referência a ideais herdados da cultura europeia, cujos padrões formaram aquêle intelectual.

Aliás — isto vai como sugestão — esse critério do modo de usar a formação ocidental, em relação à possível descoberta de valores peculiares na história nacional, poderia servir para uma classificação dos diferentes tipos de historiadores e pensadores sociais do Brasil, passando de Frei Vicente a Oliveira Viana, por Capistrano e Euclides, e isto, é claro, para não falar de gente viva.

Note-se a isto, que o excessivo rigor, com que se critica às vezes a considerada superficialidade ou a pouca brasilidade de historiadores pretéritos, pode ser temperado pela ponderação daquela variável relação, entre a vivência do material brasileiro e seus possíveis valores e o prendimento a formas europeias de historiar.

De mãos dadas com a advertência contra a ingenuidade e a alienação intelectuais, vem a exigência nacionalizante, que é como o paralelo cultural do nacionalismo político. Para o caso do saber histórico, a sua decorência seria a postulação de uma metodologia culturalmente peculiar. E se, de fato, só uma sólida tomada de consciência cultural permitirá a um país subdesenvolvido crescer, um dos momentos dessa consciência será a revisão de sua cultura histórica, a

qual deverá estar ao menos parcialmente voltada para a compreensão do ser cultural do país.

Será impossível, entretanto, desconhecer a vinculação à herança do Ocidente. Esta vinculação é o contrapêso da autonomia cultural, seja qual fôr o gráu da possibilidade desta. Não bastará falar em vinculação ao Ocidente de modo amplo e periférico, indicando a área de vida cultural brasileira como parte da órbita de influência das formas ocidentais; temos que ver, através de tôda a história de nossa formação intelectual, as matrizes européias de nossos líderes teóricos e prática, tanto coloniais como imperiais e republicanos. Porisso, a formação do saber histórico de um país como o Brasil não está no mesmo caso que a de um país hoje maduro nos tempos de suas primeiras etapas; pois temos o contacto e a atração de suas produções.

É a relação com os padrões europeus, ou, generalizando, ocidentais, que determina inclusive, para o tipo normal de nossa "intelligentsia", a formação do gôsto literário e artístico, a formação filosófica, religiosa, metodológica. Os modêlos polémicos são, direta ou indiretamente, de raiz européia. As modas literárias, a eleição dos temas, a "maneira" intelectual, igualmente.

E mais, a própria concepção de uma "autenticidade" para a nossa cultura, a exigência de fidelidade do trabalho intelectual ao ser e aos valores da comunidade sócio-cultural que, como nação ou coisa que o valha, nos contém, esta é também no fundo uma idéia herdada, um pensamento adotado sobre sugestões passadas e presentes de outros países.

Tudo fatalmente, é certo: já que não poderia deixar de haver a vinculação. O fato é que superá-la ou elidí-la sem mais aquela é impossível, e não será mesmo conveniente ou lógico.

As próprias atitudes nacionalizantes devem e soem vir de uma tomada de consciência que é comparativa e histórica, nutrida portanto de um saber histórico de origem européia, formada e informada pela cultura histórica da qual chega a querer distinguir-se. Tudo isto vale, é claro, para o saber sociológico, jurídico, econômico, etc. Em matéria de história do Direito, por exemplo, é sobre a experiência

européia que se têm formado os conceitos que tôda historiografia jurídica utiliza hoje: a idéia de sistema jurídico, a configuração dos regimes políticos, os institutos dos vários ramos do Direito em suas etapas. Adotados na América Latina os moldes jurídico-políticos dos países colonizadores, a história do Direito que se cultive entre os povos latinoamericanos tem de ter em mira os modêlos da história que a ciência daquêles países usa. Seria quimérico pretender um trabalho da teoria histórica latinoamericana ou brasileira sobre suas próprias instituições de maneira a levantar para elas nomes novos ou novas concepções em matéria de cronologia; o que pode fazer é ressaltar a aplicação dos padrões europeus, e indicar o feitio diferente que a mesma instituição tomou no nôvo clima. Só depois de uma revisão baseada no confronto de tais feitos com os originários modêlos europeus é que se poderia tentar corrigir em algum sentido certas generalizações que realmente são discutíveis, como é o caso ao falar-se de feudalismo brasileiro, federalismo, etc.

A ligação da realidade nacional com uma cultura amadurecida, como já aludimos, impõe à ciência social dos países como o nosso uma permanente comparação com aquela, e mesmo no estudo de si próprio o país do tipo do Brasil não pode omitir a referência a formas, experiências e valores ocidentais gerais. Um sintoma da nossa necessidade de comparar-nos é a mania de fazermos cotêjo de nossa história com a dos Estados Unidos. Junto ao fato de serem, algumas fontes de nossa formação, comuns às da história dos povos atlânticos, está aquela circunstância decisiva de que a nossa formação cultural é direta ou indiretamente européia, tanto no sentido global quanto no dos conteúdos particulares de cada geração.

Tudo isso leva ao tema da relação entre "erudição" européia e "erudição" brasileira, que também equivale no caso à latinoamericana.

Se tomarmos a erudição como tendência ao domínio do máximo possível de fontes para o conhecimento dos temas que se estudam, e se considerarmos a tendência ao seu aumento no Ocidente (que Spengler chamou cultura de leitores), temos de reconhecer a dificuldade, mesmo sem aderirmos ao especialismo estreito que por aí há,

de juntar a massa de erudição histórica ocidental com a americana em formação.

Outro dilema então se apresenta. Pois sucede, depois de certo ponto, que na medida em que o historiador brasileiro ou latinoamericano (tal como o cultivador de ciências sociais em geral) se afana por estar à altura da erudição européia, cujos elementos o atraem, corre o risco de ficar insuficientemente aparelhado quanto aos elementos da vida de seu país, e mesmo de perder contacto com os problemas radicais desta. E na medida em que se aprofundar no estudo desta, corre o risco de não acompanhar suficientemente a cultura européia, de não se "atualizar" (e vem inclusive o problema de ser surpreendido pela crítica que se lhe faça do ponto de vista dessa atualização). Observe-se, não obstante, que falamos de modo muito geral, pois não pode ser rígida a separação entre órbita cultural ocidental e latinoamericana; mas de qualquer modo seria arbitrário dizer "até onde" deve um estudioso nacional conhecer a história européia, a ciência social européia, etc. Acrescentem-se a tudo isso as necessidades de nossos professôres, muitas vêzes versando história geral e nacional, inclusive por imposições da vida real; nosso sempre falado autodidatismo; e outros aspectos. Nem se responde que as duas erudições podem ser distribuídas entre os diversos cultivadores da história: sôbre artificial, essa solução equivaleria a uma distribuição entre estudiosos americanos e europeus. O que importa é a visão dos materiais históricos pelo mesmo espírito.

Nesse tema da atualização em matéria de cultura européia entre os intelectuais nacionais, se situa o caso da preocupação de estar "up-to-date" e o da exibição de citações e bibliografias. Ambos são muitas vêzes formas de imaturidade, e sempre revelam um lado do dilema pôsto acima. Outras vêzes porém podem ter sentido sério e positivo, podendo-se através de ditas bibliografias compreender a tentativa de diálogo com a cultura ocidental ainda crescente.

De qualquer modo fica ressalvada a necessidade de tomar consciência do problema. A teorização e a investigação históricas são mais necessárias do que aparentemente para os países em transe de desenvolver-se. E neste caso é bom uso para o cultivador de ciências

do homem, entre nós, começar a trabalhar pelo caminho da investigação histórica. De resto, cremos que em nosso tempo a teoria mais viável a fazer-se é mesmo a da história, ou a das histórias.

Convenha-se, então, que o que se chamaria a autoelaboração da cultura brasileira significará a inutilidade de se fazerem construções literárias ou filosóficas sôbre motivações e moldes importados. Mas em história o tratamento da realidade supõe a adoção de métodos e diretrizes que estão ligados a certos temas, os quais se situam em relação a tais métodos e sem os quais a natureza dêste não se entende bem. Assim, por exemplo, o método weberiano leva ao interêsse pelo estudo do capitalismo ou de outra das formas de vida européias; o método do materialismo histórico traz a referência a uma dada imagem das classes sociais, etc. Por trás da influência do método e da doutrina, vem o apêlo de certos assuntos que encantam e atraem, sendo embora estrangeiros, o estudioso nacional. Daí o perigo dos arremedos e dos pastiches.

A partir disso seria possível questionar sôbre até que ponto é possível ou próprio a um brasileiro fazer história sôbre fatos e temas da história do velho mundo. Escrever sôbre Europa feudal, teatro grego, filosofia árabe ou chinesa, cartas inglesas, processo germânico, ópera rococó. Tudo isso será tido por impróprio se a historiografia fôr considerada como autoconsciência de uma comunidade nacional circunscrita. A resposta positiva suporá, implicitamente, que uma concepção antropológica integral ponha de parte o aspecto extremado da concepção das culturas como unidades irreduzíveis; e então o que se questionará será afirmado pela medida em que aquêles temas sejam "universais", isto é, expressadores de situações vitais importantes para a humanidade em geral. E pela medida, também, em que ditos temas se liguem, indirectamente ainda, à história nacional. Também nisso vai a nossa compreensão de sua universalidade.

O estudo das realidades nacionais ligado à assimilação da herança européia poderia levar a ciência histórica dos países do tipo do nosso a corrigir inclusive certos preconceitos europocêntricos da teoria histórica, como por exemplo aquêle velho e falido esquema das

épocas da história: antiga, medieval, moderna e contemporânea.

No cultivo de temas tomados como universais enquanto propostos por ciências menos "individualizadoras" que a história, a possibilidade de ligar a experiência histórica geral (de onde provêm as categorias) com a realidade nacional se faz mais patente. Assim quanto ao tema da "estratificação social" propôsto pela sociologia, ou ao das formas de governo, propôsto pela ciência política. Passamos por cima da questão da validade destas ciências, de origem européia, para países como o nosso: damos-las por aceita. Se alguém estuda a "burguesia" ou o "proletariado" no Brasil, notará a diferença entre a carga de experiência européia, carregada por tais conceitos, e aquilo que na realidade brasileira lhes corresponde. O mesmo no caso de conceitos como monarquia ou democracia. Se se adota, para estudá-los, a perspectiva histórica, mais fiel a diferenciações, tem-se melhor oportunidade de destacar de seu sentido geral,

estrutural, as suas possibilidades de aplicação às peculiaridades da sociedade nacional, em sua formação e em seus elementos.

A tarefa para um pensamento brasileiro plantado em base histórica será, pois, ao menos em parte, a de relacionar quanto possível o nosso saber histórico ao ocidental, mas distinguindo-os sempre, e adaptando às nossas realidades as categorias que aquêle saber formou sobre as européias. Com isso se integrará a consciência histórica nacional em um plano universal; mas se terão também, nesta hora de graves reformas, andaimes para uma obra nacionalizante autêntica.

E assim, para o prisma dessa atitude, poderá a ciência histórica, sempre *magistra vitae*, ser para a cultura dos países da situação do nosso, e para usar o léxico scheleriano, um verdadeiro "saber de salvação".

- (1) Nota: trabalho lido em 9 de junho de 1962, no Instituto de Estudos Históricos de Pernambuco, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife.

RÉSUMÉ

L'actualité du problème de la culture brésilienne nous mène à la question de ses relations avec ce qu'on appelle la culture occidentale. Dans l'emprise de l'Occident sur la vie culturelle brésilienne se situe nécessairement l'influence de l'historiographie européenne, avec ses modèles théoriques et méthodologiques, sur le travail des historiens nationaux. Il faut cependant signaler que ces modèles européens se sont formés en des conditions que le Brésil, comme tout pays américain, ne connaît que partiellement ou par imitation. Il est aussi difficile de parler, à l'égard de l'histoire brésilienne, des époques dont l'idée a été transplantée de l'Europe jusqu'ici. Cela doit arriver partout, là où l'Occident a eu de l'influence, dans le monde en général, avec ses modèles culturels. Devant cette exigence

actuelle, d'une authenticité pour la culture nationale, les intellectuels brésiliens auront parfois à choisir entre des valeurs d'origine européenne et des valeurs nationales. Mais la prise de conscience même de la culture brésilienne, étant en rapport avec la conscience historique, se nourrit d'un savoir historique influencé par l'héritage occidental. De là, entre autres, notre tendance à "confronter" le Brésil avec d'autres parties du monde. Ce problème est lié à celui d'une probable "érudition brésilienne", en liaison toujours, quand même, à l'érudition européenne. Le problème en général s'aggrave quand augmente la préoccupation méthodologique. La conclusion de tout cela est qu'une tâche de révision s'impose à ceux qui étudient les sciences historiques au Brésil.

ABSTRACT

The actuality of the problem of Brazilian culture leads to the question of its relations to the so-called Western culture. Within the framework of Western influence on Brazilian cultural life lies of necessity the rôle played by European historiography with its theoretical and methodological standards in the work of Brazilian historians. It happens, however, that these European standards were formed under conditions which Brazil, as well as any other Latin American country, only partially or imitatively came to know. It is often the case that one finds it difficult to speak of certain periods in Brazilian history, periods

whose main idea is transplanted directly from Europe to us. It is pointed out that this situation must occur wherever the Western world has made its influence felt by means of its cultural standards. Granted that there is a great need nowadays for authenticity as far as national culture is concerned, Brazilian intellectuals may have to choose sometimes between values of European origin and purely nationalistic values. The taking of conscience of Brazilian culture, though, being referred to the historical conscience, feeds on a historical knowledge influenced by the Western heritage. Thence, among other things, our tendency to

"compare" Brazil with other countries. This particular problem is related to a possible "Brazilian erudition" which is, nevertheless, always tied to the European cultural background as a whole. It generally becomes aggravated

as the methodological concern increases. Regarding those who cultivate the historical sciences in Brazil this problem brings about a need for a complete review of long established principles.

